

REGULAMENTO DO ESTATUTO

TRABALHADOR- ESTUDANTE

Ano letivo 2019/2020

Preâmbulo

O presente regulamento destina-se apenas aos alunos que frequentem cursos que integram o Departamento das Terapêuticas Não Convencionais do IMT, com exclusão dos restantes cursos. Define as normas que orientam o processo de Estatuto Jurídico do Trabalhador- Estudante, regulando a forma de requerimento, a validade e os direitos afetos ao mesmo, tanto do ponto de vista da assiduidade como da avaliação. O estatuto Jurídico do Trabalhador- Estudante está regulado nos Artigos 89 a 96 do Código do Trabalho.

Artigo 1.º **Definição de Trabalhador -Estudante**

Considera-se Trabalhador- Estudante o aluno do IMT – Instituto de Medicina Tradicional, que se encontre numa das seguintes situações:

- Trabalhador por conta de outrem, independentemente do vínculo laboral, ao serviço de uma entidade pública ou privada;
- Trabalhador por conta própria.

Artigo 2.º **Requerimento do Estatuto de Trabalhador Estudante**

O aluno interessado em adquirir o estatuto de Trabalhador- Estudante deve requerê-lo junto da Secretaria do IMT. O requerente deve fazer prova da sua situação laboral, mediante a entrega de documentos onde conste:

2.1. Trabalhador por conta de outrem.

- Identificação completa da entidade patronal (incluindo n.º de beneficiário da Segurança Social e NIF);
- Nome completo do Trabalhador;
- Tipo de Contrato, início e duração do mesmo;
- Horário de trabalho referindo a data de início e fim da atividade.

2.2. Trabalhador por conta própria

- Declaração atualizada emitida pela Repartição de Finanças respetiva, comprovativa de que mantém atividade aberta.

Artigo 3.º **Prazo de requerimento e validade do Estatuto Trabalhador- Estudante**

O Estatuto de Trabalhador- Estudante deverá ser requerido no início do ano letivo, até um mês após o início das aulas, ou se essa condição sobrevier posteriormente, no prazo de um mês após o início da mesma.

O estatuto é válido até ao final do ano letivo, e renovado anualmente no ato de inscrição, através do preenchimento de um formulário para o efeito, requerido na Secretaria do IMT, e entrega dos documentos previstos no Artigo 2º.

Artigo 4º

Regime presencial e Avaliação

4. 1. O aluno Trabalhador- Estudante não está sujeito à frequência de um número mínimo obrigatório de aulas teóricas e práticas, ficando isento de faltas.

4.2. Compete ao docente a identificação de estratégias de avaliação que compensem a não comparência do aluno às aulas, nomeadamente definindo formas alternativas de avaliação como sejam fichas, trabalhos individuais, casos clínicos, entre outros, de forma a reunir elementos suficientes de avaliação do aluno.

4.3. O aluno pode optar pelo Regime de Avaliação que mais lhe convir, ou seja o RAC – Regime de Avaliação Contínua ou o RAF – Regime de Avaliação Final, conforme Capítulos VII (Regimes de Avaliação) e VIII (Normas de Avaliação) do Regulamento dos Cursos TNC. A escolha do regime de avaliação contínua, prevê que o aluno participe em todos os itens de avaliação propostos.

4.3.1 A seleção do regime de avaliação bem como os seus itens constituintes devem ser comunicadas pelo docente e aluno à DFQ – Direção de Formação e Qualificação nos períodos de avaliação definidos para o efeito.

4.4. O aluno Trabalhador - Estudante fica sujeito à realização de todas as provas de avaliação (frequências e Exames) de acordo com o Calendário Escolar definido para o efeito.

Artigo 5º

Disposições finais e entrada em vigor

O presente regulamento é um anexo ao Regulamento Geral do Curso Geral de Naturopatia e Ciências Tradicionais Holísticas, Curso Geral de Osteopatia, Curso Geral de Acupuntura, Moxabustão e Fitoterapia Chinesa, Curso Geral de Homeopatia e Curso Geral de Medicina Tradicional Ayurvédica, entra em vigor em 16 de setembro de 2013 e poderá ser objeto de revisões periódicas, procedendo-se à sua alteração sempre que tal venha a revelar necessário.

Lisboa, 13 de setembro de 2016
O Diretor Geral do IMT

Dr. Mário Jorge Rodrigues